

ANC

3 ABR 1987

ANC

CONSTITUINTE

# PMDB debate indicação de mais relatores na comissão principal

por Cecília Pires de Brasília

O líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, condenou ontem a disputa em torno do cargo de relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, para o qual perfila, como candidato, ao lado do deputado Pimenta da Veiga (MG) e do deputado Bernardo Cabral (AM) e defendeu que, para maior agilidade dos trabalhos, sejam escolhidos, em vez de um, dois relatores.

A idéia vem sendo alimentada pelo deputado Ulysses Guimarães, segundo uma fonte próxima ao parlamentar, que gostaria de ver um acordo entre os três candidatos, para uma divisão de trabalhos segundo grupos de temas na comissão. Para o senador Fernando Henrique, no entanto, dois é bom, mas três "seria demais".

"Se um só relator não puder dar conta dos traba-

## Os próximos passos

por Francisca Stella Froga de Brasília

As oito comissões temáticas da Constituinte elegerão na terça-feira os presidentes das suas subcomissões, que designarão, no mesmo dia, os relatores. Cada comissão é dividida em três subcomissões.

A eleição do presidente da comissão de sistematização está marcada para quarta-feira. O presidente, que, pelo acordo de lideranças, deverá

pertencer ao quadro do PFL, indicará um relator do PMDB.

A escolha dos presidentes das subcomissões deveria ter sido feita ontem. Mas o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e as demais lideranças resolveram adiá-la para terça-feira em virtude do debate do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, no Congresso. Com o adiamento, haverá mais tempo para a negociação dos nomes que integram as subcomissões.

lhos, que seja eleito mais de um. Eu fui o relator do regimento provisório da Constituinte e passei noites em claro. Mesmo assim, não trabalhei sozinho, o regimento foi resultado de um trabalho de equipe. E é um trabalho de equipe que devemos pensar", defendeu o senador.

Fernando Henrique ainda prefere que o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, resolva o problema e discorde da disputa entre os três candidatos. "O Brasil está cansado da disputa por cargos. Esta matéria não deve ser discutida a nível de estados, pois ela interessa a

# As linhas da Ordem Econômica

por Francisca Stella Froga de Brasília

Terça-feira, o deputado José Lins de Albuquerque, do PFL do Ceará, presidirá a primeira sessão da comissão da Ordem Econômica da Constituinte. Como as sete demais, a comissão vai eleger os presidentes e designar os relatores de suas três subcomissões — de Princípios Gerais, intervenção do Estado, regime de propriedade do subsolo, e da atividade econômica, da questão urbana e transporte, e da política agrícola e fundiária e da reforma agrária.

Leitor assíduo e admirador do economista da Escola de Chicago, Milton Friedman, o inspirador da política econômica adotada no Chile por Augusto Pinochet, o deputado José Lins



José Lins

terá a missão de coordenar os trabalhos dos demais 62 membros da comissão da Ordem Econômica. Aos trabalhos será dada a forma de texto constitucional pelo senador Severo Go-

(PMDB-SP), relator da comissão.

Nada ou muito pouco há em comum entre o presidente e o relator além da circunstância de ocuparem os postos-chave da comissão. José Lins, engenheiro civil, ex-secretário do Planejamento do Maranhão quando o presidente José Sarney era governador do estado, ex-superintendente da Sudene no governo Geisel, ex-senador pela Arena, acredita que o grande mal da economia brasileira é a excessiva intervenção do estado. "O Estado não é bom patrão, não é bom empresário, nem deve gerir a economia", diz. "Deve limitar-se a ditar quais são as regras e deixar o resto por conta da iniciativa privada."

O senador Severo Go-

mes, da corrente progressista do PMDB, entende que o Estado tem por função garantir o equilíbrio das forças sociais. Ele estará acompanhado de pequeno número de deputados progressistas do PMDB, designado para essa comissão, como os deputados Hélio Duque e Vicente Bogo, e dos poucos representantes dos pequenos partidos de esquerda.

A seu lado, pelo menos na discussão sobre o papel do Estado na economia, José Lins terá não apenas os deputados Delfim Netto (PDS-SP), senador Roberto Campos (PDS-MT), Guilherme Afif Domingos (PFL-SP) e no mínimo parte ponderável dos 15 representantes do PFL, como parte substancial do PMDB, que tem 34 membros na comissão. Os representantes do PMDB, conforme a avaliação de parlamentares de diversos partidos consultados por este jornal, destinaram à comissão da Ordem Econômica a parcela mais conservadora do partido.

A mudança fundamental que José Lins espera no capítulo da Ordem Econômica da nova Constituição se refere à intervenção do Estado na economia, restringindo seu papel. Além de engenheiro civil, o deputado é geólogo e tem propostas definidas para a disciplina constitucional aos direitos de propriedade do subsolo. A legislação vigente, segundo ele, abre o caminho para a especulação com jazidas minerais. As concessões, em sua opinião, somente devem ser dadas a quem demonstre capacidade de explorar as jazidas e o faça em prazo predeterminado, conforme as necessidades do País, diz.

Sobre reforma agrária, um dos temas polêmicos a serem tratados pela comissão, José Lins declara-se firmemente contrário à desapropriação sem indenização de propriedades rurais, ainda que improdutivas. A reforma agrária, segundo ele, deve ser feita "aos poucos e por partes". Aos poucos, para não desorganizar a produção, e por partes, para evitar que o processo não se limite a redistribuir terras, explica. Somente devem ser redistribuídas terras cujos novos ocupantes tenham condições, cultura e estrutura para produzir. Caso contrário, diz, "a reforma agrária pode ser desastrosa para o País", afirma.

PRESIDÊNCIA

# Sarney reúne-se amanhã com líderes sindicais para ouvir reivindicações

por Edson Boé de Brasília

O presidente José Sarney reúne-se com catorze lideranças da classe trabalhadora, a partir das 8 horas de amanhã, em Brasília. Dessa maneira, ele dá prosseguimento à tarefa de anotar as principais reivindicações da sociedade, antes de estabelecer novos rumos para a economia do País. "Por isso, tudo que os sindicalistas falarem será levado em conta pelo presidente", afirmou o secretário de imprensa, Frota Neto.

No salão da casa da Granja do Torto, Sarney vai repetir o comportamento adotado durante a reunião com os empresários paulistas. "Ele vai apenas ouvir", adiantou o assessor, depois, refletirá sobre tudo que ouviu, para, "em cima dessa reflexão, tomar suas decisões". O presidente continuará nessa estratégia até elaborar um programa mínimo de governo, para superar as dificuldades do momento. Sua intenção é fazer "um governo participativo", definiu o secretário. Nesse processo, "o diálogo é fundamental", acentuou. Frota Neto lembrou que o presidente tem pressa em definir novas diretrizes na área econômica, mas não poderia fazê-lo sem, antes, auscultar os sindicalistas, frisando: "Ele tinha de abrir espaço para os trabalhadores".

O presidente vai dar a palavra a cada um desses convidados: Jair Meneguelli (Central Única dos Trabalhadores — CUT), Joaquim dos Santos Andrade (Confederação Geral dos Trabalhadores — CGT), Antonio Magaldi (União Sindical Independente — USI), José Francisco da Silva (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — Contag), José Alceu Portocarrero (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação e Publicidade — Conticop), José Calisto Ramos (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria — CNTI), José Augusto de Carvalho (Confederação Nacional dos Profissionais Liberais — CNPL), Dilson Gomes de Moura (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — Contec), Aloysio Ribeiro (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais — Contmaf), An-

tonio Alves de Almeida (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio — CNTC), Miguel Abraão Neto (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Educação e Cultura — CNTEEC), Orlando Coutinho (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres — CNTTT), e Valter Barelli e Joel Oliveira, ambos do Departamento Interdisciplinar de Estudos Estatísticos Sócio-Econômicos (Dieese).

A todos esses Sarney pedirá uma posição franca sobre a política setorial trabalhista e econômica. Circunstancialmente, ele poderá fazer algum comentário sobre a explanação de algum sindicalista. Mas, de preferência, o presidente deverá fazer uso da palavra apenas no final da reunião, que, a rigor, não tem hora certa para terminar. No entanto, pela previsão de Frota Neto, ela não deve ultrapassar três horas de duração.

O governo está ciente de que não será possível atender a todas as demandas sociais. Por isso, o presidente vai delinear um quadro do setor trabalhista, anotar os pleitos e compatibilizá-los com sua linha de ação, informou o mesmo assessor. Frota Neto lembra que "o País passa por um processo social muito sensível". Isso, segundo justificou, impede o atendimento pleno e imediato de certas reivindicações, como a reforma agrária.

O governo reconhece que a reforma caminha a passos lentos, desde que foi implantado seu programa, responde o secretário. Mas, nada pode fazer. Frota Neto lembra que "num governo de coligação, tudo precisa ser negociado". E isso exige tempo e paciência, assinala. No encontro de amanhã pela manhã, Sarney não deverá propor o fim do gatilho salarial, como foi especulado, assegurou o secretário de imprensa. Um outro assessor do presidente manifesta a mesma opinião, afirmando: "O governo não tem condições políticas de tirar nada, sem dar alguma coisa em troca aos trabalhadores". E possível, segundo Frota Neto, que "dependendo do clima da reunião", o presidente aproveite a ocasião para pedir aos sindicalistas moderação no uso da greve.

# Sindicalistas querem "respostas concretas"

por Thais Bastos de Brasília

Os doze representantes dos trabalhadores que o presidente José Sarney receberá neste sábado querem ouvir do presidente respostas objetivas e oficiais sobre as dezenove reivindicações encaminhadas a ele, por intermédio do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, em fevereiro. "Não pretendemos discutir política ou conjuntura, mas ouvir respostas concretas", resumiu o presidente da CGT, Joaquim dos Santos Andrade, após sair de uma reunião com as nove confederações nacionais de trabalhadores, ontem, em Brasília.

## "REUNIÃO CONCLUSIVA"

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que não

participou das conversações para a elaboração de um pacto social no final do ano passado, reiterou ontem que essa idéia de conciliação nacional não está em seus planos de discussão.

"Seremos o mais objetivo possível. O presidente tem em mãos nossas reivindicações, e esperamos que a audiência seja objetiva e conclusiva", afirmou Avelino Ganzer, secretário geral da CUT e um dos representantes da entidade, ao lado de seu presidente, Jair Meneguelli, no encontro de sábado.

Joaquim Andrade disse que os problemas nacionais deverão ser abordados numa perspectiva macro, "sem discussão de detalhes". Dentre as dezenove reivindicações levadas a Sarney, a CGT priorizará a questão da dívida externa, para a qual defende o tratamento de suspensão do pagamento dos juros e principal pelo prazo de cinco anos.

"A dívida externa é a matriz geradora de todas as outras dificuldades dos trabalhadores", justificou. Questões políticas como eleições diretas ou mandato presidencial não deverão ser abordadas. Segundo Joaquinão, "elas cabem aos parlamentares".

## PRIORIDADES DA CUT

Para Avelino Ganzer, que hoje à tarde se reúne com Jair Meneguelli para definir a estratégia do encontro (Meneguelli volta hoje da Itália, onde está participando de um seminário sobre direito dos trabalhadores), afirma que as prioridades da CUT na conversa com o presidente serão a reforma agrária, "que ninguém discute mais", a participação das entidades trabalhadoras na elaboração dos índices de inflação e estipulação do salário mínimo, e estabilidade no emprego.

# Sant'Anna critica a atuação de Covas

por Zanoni Antunes de Brasília

O deputado Carlos Sant'Anna, do PMDB da Bahia, negou ontem que tenha entregado o seu cargo de líder do governo ao presidente José Sarney. Sant'Anna admitiu, no entanto, que não ficou satisfeito com o acordo celebrado entre o seu partido e o PFL. As negociações foram conduzidas pelo senador Mário Covas (SP), líder do PMDB na Constituinte, e José Lourenço, líder do PFL na Câmara, para a composição das Comissões Temáticas da Constituinte.

Segundo o líder do governo, o acordo firmado entre os dois partidos — que destinou as presidências das comissões ao PFL e os cargos de relatores ao PMDB — foi selado sem que houvesse nenhum tipo de consulta interna do Partido. Sant'Anna acusa também o

senador Mário Covas de não estar sendo fiel ao discurso que o levou à liderança da Constituinte.

Com relação a Mário Covas, Sant'Anna admite estar marginalizado do processo: "Ele não quer lidar com o líder do governo, e essa é uma das dificuldades, é um desafio que estou enfrentando", desabafou.

Na composição das comissões da Constituinte, o líder do governo só tomou conhecimento do assunto depois do acordo feito, através do líder José Lourenço, bem como não participou de nenhuma das reuniões preparatórias.

Para romper o isolamento, Carlos Sant'Anna afirma que se está articulando com os setores mais moderados do PMDB. "Esse grupo quer participar, quer ser ouvido e é muito maior que muitos partidos pequenos que hoje sentam à mesa de negociação", garantiu o líder do governo.